

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2024.
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 07/2024.

IMPUGNANTE: IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA.

Assunto: **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL CUJO OBJETO TRATA-SE DE**
"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SOFTWARE E SERVIÇOS PARA A GESTÃO PÚBLICA, OBJETIVANDO A IMPLANTAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUPORTE E CORREÇÃO DE SISTEMAS INFORMATIZADOS DE GESTÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA, SC".

I – Síntese:

Trata-se de Pregão Eletrônico cujo objeto é a Contratação de empresa especializada em fornecimento de software e serviços para a gestão pública, para a Secretaria de Assistência Social do Município de Cordilheira Alta, SC.

Sobreveio apresentação tempestiva de Impugnação ao Edital, interposta por IDS Desenvolvimento de Software e Assessoria Ltda, onde sustenta existir:

- a.- Omissão quanto ao intervalo mínimo entre lances;*
- b.- Omissão quanto ao reajustamento de preços;*
- c.- Obscuridade quanto à exigência de atendimento presencial;*
- d.- Omissão quanto ao serviço de treinamento;*
- e.- Improbidade relativa à ausência de percentual de atendimento às especificações técnicas na prova de conceito;*
- f.- Ausência de previsão acerca a Lei Geral de Proteção de dados;*

É o relato necessário.

II – DO MÉRITO

2.1 – Da omissão quanto ao intervalo mínimo entre lances.

Quanto a alegação de que existe "*omissão quanto ao intervalo mínimo entre lances*", observamos que o artigo 57 da Lei 14.133, assim dispõe:

Art. 57. O edital de licitação poderá estabelecer intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta.

Observamos que este dispositivo faculta à Administração a prerrogativa de agilizar a etapa de disputa, ao permitir que o Edital estabeleça faixa mínima de valores entre os lances, evitando, assim, diferença irrisória entre eles.

Todavia, ele não obriga o Município a especificar tal dispositivo / intervalo mínimo. Assim, não procede a reclamação no particular.

2.2 – Da omissão quanto ao reajustamento de preços.

Quanto ao item reclamado, alega a impugnante que o Edital é omissor quanto a questão do reajustamento de preços.

Todavia, tal inconformismo não procede.

Isso porque, todo e qualquer contrato licitatório, em que exista a possibilidade de prorrogação após o período de 12 meses, são aplicáveis o disposto na Lei Complementar Municipal de n. 207/2021, o qual estabelece o *"Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE como índice oficial de correção monetária no âmbito da Administração Pública Municipal de Cordilheira Alta"*.

2.3 – Da obscuridade quanto à exigência de atendimento presencial.

Já, quanto ao inconformismo externado no item "3.3" da impugnação, defendemos que igualmente não procede.

Isto, porque, em relação ao suporte técnico, defendemos que o mesmo é necessário após a disponibilização dos sistemas, finalizada a atividade de implantação.

Referido suporte, visa atender as dúvidas de operação no sistema pelos usuários, atividades pontuais, correções de bugs, e outras necessidades da Administração face a usabilidade do sistema a ser contratado.

O Edital não prevê a necessidade de disponibilização de técnico *in loco*, pois, se assim fosse necessário teria tal previsão no Instrumento Convocatório.

Ademais, para atendimento técnico que demande horas de atividades *in loco*, está previsto horas técnicas a serem prestadas, devidamente dimensionada no Edital.

2.4 – Da omissão quanto ao serviço de treinamento.

Outrossim, quanto a irresignação sinalada pela impugnante no item “3.4”, igualmente não procede.

Prudente observar que o treinamento é atividade necessária e está coligada com as atividades durante o período de implantação, sendo a mesma, indispensável para capacitação dos usuários na ferramenta a ser contratada.

A indicação exata de usuários a serem capacitados não prejudica a formulação da proposta como sugestiona a impugnante, vez que, a mesma de acordo com a sua ferramenta a ser ofertada, cabe a mesma dimensionar os custos mediante a devida capacitação, a qual poderá ser ofertada para todo o grupo de usuários a serem treinados.

Desta forma, não procede o inconformismo manifestado quanto a esta questão.

2.5 – Da improbidade relativa à ausência de percentual de atendimento às especificações técnicas na prova de conceito.

No que diz respeito a exigência do 100% dos itens, defendemos ser perfeitamente plausível, pois foi feito um estudo técnico, houve uma comunicação com outros municípios, busca de informações, e como a contratação é prevista para 10 anos, é necessário que o sistema e indispensável

que o referido sistema já esteja pronto, não se admitindo desenvolvimento da solução posterior em razão das necessidades da Administração.

Por isto, este estudo técnico foi realizado e a empresa que vencer terá que atender 100% das funcionalidades previstas na descrição do sistema.

2.6 – Da ausência de previsão acerca a Lei Geral de Proteção de Dados.

Finalmente, quanto ao inconformismo atribuído no item “3.6” da impugnação, defendemos igualmente que a mesma não procede.

Isto porque, por se tratar de legislação em vigor, assim como todas as outras legislações vigentes no país, é dispensável a disposição expressa da referida no Edital, assim como todas as normas que estão previstas em nosso ordenamento jurídico, não indicando a impugnante, qualquer disposto expresso do referido diploma legal que exija a disposição em Instrumentos Convocatórios.

Dessa forma, o regramento estipulado no edital não visa limitar a participação de licitantes, tampouco fere os princípios norteadores do sistema jurídico vigente, mas busca atender o interesse público primário, que alcança o interesse da coletividade e possui supremacia sobre o particular, associado a contratação mais vantajosa pelo ente público.

III – DECISÃO

Ante o exposto, dou por conhecer a Impugnação apresentada pela Empresa **IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA** e, no mérito, INDEFERIR a impugnação, mantendo incólume a previsão do edital.

Cordilheira Alta, SC, 04 de março de 2024.

Caroline Horn
Secretaria Municipal de Assistência Social

Emerson Verdi – OAB/SC 44.809
Procurador Geral do Município